

A dialética entre o global e local: um olhar sobre o turismo e o patrimônio cultural

Dialectics between global and local scales: an overview concerning tourism and cultural heritage

Ana Rita Pinto Rocha

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Leonel Brizolla Monastirsky

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Resumo: Esse texto analisa o processo dialético entre as escalas global e local através da relação entre o patrimônio cultural e o turismo. A globalização enquanto uma dinâmica proveniente do diálogo entre o global e local gera diferentes vias interpretativas, as quais são discutidas neste trabalho em duas proposições. A primeira resgata a utilização do patrimônio cultural como suporte para o turismo que, sob a ótica capitalista, impõe a lógica da competitividade entre os lugares para atração de recursos. A outra discute o lugar como legitimação dos interesses ideológicos ligados à conservação da memória e identidade local na preservação patrimonial. A partir das duas proposições, o texto analisa as conexões e oposições entre elas.

Palavras-chave: Globalização. Patrimônio cultural. Turismo.

Abstract: This investigation is an analysis of the dialectical process which reigns between the local and global scale in respect to cultural heritage and tourism. Hereby, globalization represents dialogical dynamics resulting from different interpretative angles which are discussed in two propositions. The first applies to tourism, from a capitalist perspective, and promotes the recovery of cultural heritage as a base of tourism which imposes the logics of competitiveness between different places to attract resources. The second discusses "place" as a base for legitimating ideological interests related to memory and local identity through heritage preservation. From these two standpoints, the article analyzes their linkages and oppositions.

Keywords: Globalization. Cultural heritage. Tourism.

INTRODUÇÃO

São diversas as conexões que podem ser realizadas entre as escalas global e local, por isso as discussões sobre a globalização tomam cada vez mais espaço tanto na esfera acadêmica como na empresarial.

Ao se discutir a relação entre o local e o global, é necessário, inicialmente, atentar para a questão da escala geográfica, pois essa problemática inclui a relação e a inseparabilidade entre tamanho e fenômeno (CASTRO, 2001). Assim, os fenômenos percebidos em escala global, como a padronização do espaço e a normatização da técnica, são diferentes daqueles percebidos na escala local, como o aumento das diferenças sociais e o desemprego.

Na escala global é comum, entre outros fatores, falar sobre a homogeneização do espaço, uma vez que a noção do tempo e espaço contraídos são efeitos provocados pelos avanços das comunicações, com a pulverização das informações, nos transportes com o encurtamento das distâncias e na economia com acumulação flexível de capital, o que faz crer em uma cultura padronizada de aprendizado e consumo, ou seja, a formação da chamada “aldeia global”.

Entretanto, essa percepção de que o mundo está ao alcance de todos mostra-se equivocada, pois, enquanto se propagam feitos tecnológicos e econômicos nos países centrais¹, observa-se que as diferenças locais nos países periféricos ainda são profundas. A dialética centro-periferia (e vice-versa) está presente na maior parte das escalas, evidenciando os poucos que possuem artifícios para fazer parte da dinâmica

global e a competitividade que toma espaço nas relações sociais gerando desemprego, marginalização e violência neste processo de fragmentação.

Aparentemente, a escala local perde a sua força diante do contexto global a julgar pelos espaços heterogêneos. Contudo, é preciso observar que somente o lugar pode dar a inteligibilidade da existência humana. Como afirma Santos (1997), é pelo lugar que o mundo é revisto e homens e mulheres ajustam a sua interpretação, é nele que o permanente e o real triunfam sobre o movimento, o passageiro e o que é imposto de fora. Desta maneira, ao analisar que o espaço somente se concretiza através das práticas sociais nos lugares, é a sua diversidade que proporciona a articulação entre as determinações globais e as narrativas locais.

Portanto, ao utilizar o método dialético para fazer as análises pertinentes a essas escalas, percebe-se que tanto o local como o global possuem elementos interdependentes, ou seja, o lugar é, à sua maneira, o mundo que o defronta e o confronta, graças à sua própria ordem (SANTOS, 2002).

Em cidades que ainda contêm seus traços de origem, observa-se o interesse na preservação do patrimônio cultural. Esta intenção pode tanto atender aos interesses econômicos que estabelecem um propósito concreto como a utilização do patrimônio como mercadoria pela atividade turística, quanto aos interesses ideológicos ligados à conservação da memória e identidade local.

A intenção ideológica, por sua vez, estabelece uma outra dialética neste movimento. Sendo também proveniente dos países centrais para os periféricos, traz consigo a idéia civilizadora sobre manutenção da história e importância cultural dos lugares.

¹ *Países centrais*: denominação dada à tríade econômica: Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão (SOUZA, 2002)

Embora somente reconhecidos por poucas pessoas e órgãos específicos dos países periféricos, a valorização do patrimônio cultural sem interesses escusos mostra-se presente nas manifestações de defesa do local.

Essas ordens de consumo e ideologia são em geral antagônicas, pois se nota um desvirtuamento de valores quando se encontram em base local; entretanto podem caminhar também associadas, ao menos no plano teórico.

Portanto, ao preservar o patrimônio cultural e valorizar a identidade, o lugar não só estabelece conexão com a dinâmica global através da atividade turística, mas, ao mesmo tempo, fortalece seus laços locais pelo fortalecimento da sua idiosincrasia como atitude contrária e complementar a ordem padronizadora da globalização.

Enfim, a análise do processo dialético entre o global e o local através da associação entre a atividade turística e o patrimônio cultural permite visualizar as diversas interpretações do cotidiano em um movimento mundial tão dinâmico.

O PROCESSO DIALÉTICO DA GLOBALIZAÇÃO

A concepção de globalização tem permeado as áreas das ciências sociais que buscam entender esse processo e seus desdobramentos aliados a uma determinada perspectiva. Assim, apontam-se os caminhos que se revelam no diálogo entre o local e o global analisando os aspectos desta dinâmica que Milton Santos decompõe em três perspectivas distintas:

De fato se desejarmos escapar à crença que este mundo assim apresentado é verdadeiro, e não queremos admitir a permanência de sua percepção enga-

nosa, devemos considerar a existência de pelo menos três mundos num só. O primeiro seria o mundo tal qual nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro, o mundo como ele pode ser: uma outra globalização (SANTOS, 2005, p. 18).

Apresentam-se, assim, três situações diferenciadas na relação entre essas escalas. Primeiro, aponta-se para a imposição do ambiente econômico-financeiro que estimula a padronização dos meios técnicos, a mundialização da economia e as parcerias estratégicas comerciais internacionais. Também no ambiente tecnológico, revela-se a instantaneidade da informação e da comunicação (GIOVANETTI; LACERDA, 1996), a adaptação às novas tecnologias e criação de outras, num processo capaz de congregiar vários pontos do globo em um objetivo comum: a acumulação de capital.

Segundo, enquanto se constata que tais imposições *mercadológicas* se universalizam dos países centrais para os países periféricos, verifica-se que ocorre uma fragmentação do espaço, ou seja, crescem as desigualdades sociais e econômicas, originando uma exclusão social daqueles que não possuem os mesmos artifícios no jogo de poder mundial.

Diante das diferentes naturezas do espaço em sua organização e formação, Santos (1997) afirma que a globalização entra em contradição, pois, ao invés de ser um agente homogeneizador que acabaria com as dissemelhanças espaciais, a globalização aparece como catalizador da heterogeneidade. Nesta percepção, ele declara:

Os indivíduos não são igualmente atingidos por esse fenômeno, cuja difusão

encontra obstáculos da diversidade das pessoas e na diversidade dos lugares. Na realidade, a globalização agrava a heterogeneidade, dando-lhe mesmo um caráter ainda mais estrutural. (SANTOS, 2005, p.143).

Logo, essa contradição evidencia a existência de uma realidade na qual a dinâmica mundial hegemônica determina a organização espacial voltada para as práticas econômicas e técnicas que representam um caminho que o autor denomina como perverso:

Hoje o que é federativo no nível mundial não é uma vontade de liberdade, mas de dominação, não é o desejo de cooperação mas de competição, tudo isso exigindo um rígido esquema de organização que atravessa todos os rincões da vida humana. Com tais designios, o que globaliza falsifica, corrompe, desequilibra, destrói (SANTOS, 1997 p. 36)

Entretanto, posto que a realidade pode ser mudada de forma revolucionária, pois é produzida pelo homem ao passo que se têm a consciência disso, surge a idéia do “mundo como ele pode ser” (SANTOS, 2005, p.154) em que as barreiras à globalização perversa são postas de modo a permitir que as preocupações com a ordem social, cultural e moral possam prevalecer.

A partir disso tem-se uma mudança de perspectiva, pois da ordem global passa-se a abordar uma ordem local, visto que a mudança deve ser provocada de “baixo para cima” e ela se encontra na escala local. Logo, a máxima difundida pelos meios empreendedores, econômicos e de marketing no “pensar globalmente e agir localmente” perde sua força, se deparada com a realidade que se baseia no “pensar localmente e agir globalmente”.

Theotonio dos Santos (2002) reflete

sobre a idéia da universalização do espaço, pensamento corrente quando o assunto é globalização, e insere questões relevantes sobre a formação estrutural do pensar no universal e a movimentação social, pois este é formado por estruturas locais:

Esta universalização não pode ser entendida como a negação das particularidades e, particularmente, desses grandes processos civilizatórios. Civilizações, nações, regiões inter e intranacionais e grandes centros metropolitanos, formam juntos com as classes sociais, os movimentos sociais, as instituições, a família e tantos outros centros de agrupação e reagrupação de forças sociais e econômicas, o conjunto daqueles que recriam o espaço a todo momento (SANTOS, 2002, p.74-75).

Em vista disso, é importante reforçar que o espaço – em sua totalidade – é composto por lugares que possuem tempos e lógicas peculiares, posto que articulado e pulverizado de singularidades em conexão com o global. O resultado da soma destas particularidades é que dá a inteligibilidade espacial (LUCHIARI, 1998).

Essa articulação pode ser percebida através da idéia de redes, genericamente concebidas como pontos e linhas espaciais que, ao serem interligadas, caracterizam determinados fluxos, tanto de caráter material como político-social, que atravessam os níveis conectivos mundial e local. Enquanto o primeiro é perceptível através das redes e privilegiado pelas normas e técnicas na verticalidade, o segundo é aquele em que os fragmentos ganham dimensão única, frutos da diversidade na horizontalidade.

A verticalidade é percebida na ordem global, no privilégio à informação pelo ambiente tecnológico, no tempo

rápido, na exploração do trabalho e na mundialização da economia. “É assim que, mediante a telecomunicação, criam-se processos globais unindo pontos distantes numa mesma lógica produtiva. É o funcionamento vertical do espaço geográfico contemporâneo” (SANTOS, 2002 p. 334).

Já observada na ordem local, a horizontalidade prima pela comunicação, o trabalho coletivo, pelo tempo lento e a solidariedade.

No ‘meio’ local, a rede praticamente se integra e dissolve através do trabalho coletivo, implicando um esforço solidário dos diversos atores. Esse trabalho solidário e conflitivo é, também, co-presença num espaço contínuo, criando o cotidiano da contigüidade (SANTOS, 2002 p. 334).

Desta maneira as redes são um veículo dialético dos elementos compatíveis entre local e o global e suas diferentes repercussões. Assim, tais repercussões no lugar são produzidas historicamente e os caminhos com que elas se conectam com o contexto global formam sua dialética.

Impõe-se, ao mesmo tempo, a necessidade de, revisitando o lugar no mundo atual, encontrar seus novos significados. Uma possibilidade nos é dada através da consideração do cotidiano (A. Buttimer, 1976; A. Garcia, 1992; A. Damiani, 1994). Esta categoria de existência presta-se a um tratamento geográfico do mundo vivido que leve em conta as variáveis [...] os objetos, as ações, a técnica, o tempo (SANTOS, 2002, p.315).

Como afirma Santos (1997, p.17), “somente a história nos instrui sobre o significado das coisas”; portanto, uma das maneiras de apreender estes significados é pela interpretação que o patrimônio cultural local pode gerar no contexto global.

PATRIMÔNIO CULTURAL E TURISMO

Se cultura é uma trama de significados compartilháveis proveniente das relações sociais, seu reflexo está nas diversas abordagens nas ciências sociais. Uma delas é a perspectiva do patrimônio cultural como referência capaz de fortalecer a idéia de pertencimento e apropriação social do lugar; logo, torna o espaço do cotidiano mais palpável diante dos constantes fluxos de informação, capital e pessoas.

Entende-se que patrimônio cultural são testemunhos de experiências vividas, coletivamente ou individualmente, as quais, além de servir ao conhecimento do passado, permitem aos homens lembrar e ampliar o sentimento de pertencer a um mesmo espaço, de partilhar uma mesma cultura e desenvolver a percepção de um conjunto de elementos comuns que fortalecem o sentido de grupo e compõem a identidade coletiva (RODRIGUES, 2003).

Identidade é, portanto, o sentimento de afinidade, de pertencimento a um determinado grupo ou sociedade que reconhece algo em comum entre os indivíduos desta. A sua construção se dá no interior de contextos sociais, o que significa também pertencer a uma mesma cadeia que possui visões semelhantes e fatores, tais como o lugar, a história e memória social.

Memória social, assim denominado por Halbwachs (2004), é exterior ao indivíduo, estendida no tempo, que guarda eventos acontecidos há muito tempo. Assim o indivíduo pode recorrer a essa memória coletiva quando quer saber sobre fatos que fazem parte de seu passado e de sua comunidade.

Entretanto, ressalta-se que tanto a identidade como a memória social

são processos, ou seja, estão sujeitos a mudanças e transformações no tempo e no espaço. Constituídos pela diferença é através da constatação da exclusão que se dá seu caráter catalisador. “É em cima dessa fundação que ocorre o natural fechamento que forma a base da solidariedade e da fidelidade do grupo em questão” (HALL, 2000, p.106).

Verifica-se que o patrimônio cultural revela-se então um interlocutor entre o ser humano e a prática social, obtendo o *status* de ‘lugares de memória’ pois é o resultado da construção histórica de uma sociedade que passa a ser mediador entre passado e presente, uma âncora capaz de dar uma sensação de continuidade em relação ao passado social (BARRETO, 2000) em meio à turbulência da atualidade.

[...] o que se busca hoje nos “lugares de memória” são signos visíveis do que costumávamos ser, é tentar descobrir o que somos pela constatação do contraste com o que já não somos; como se se almejasse um lampejo de revelação indicador de uma identidade que não achamos, o que tornaria manejável nossa relação com um mundo que, movendo-se rapidamente demais, nos faz perder pontos de referência (CARDOSO, 1997 p.302).

Rico em significados e importante para a sociedade, o patrimônio cultural também apresenta grande potencial para a prática do turismo. Este setor importante da economia mundial possui implicações sociológicas, econômicas e geográficas que marcam a sua complexidade, pois essa atividade também é considerada como um dos principais vetores para associar o mundo ao lugar, o global ao local.

Não há como dissociar o caráter econômico do social. De acordo com a Organização Mundial de Turismo (OMT), turismo é definido como as

atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e permanência em lugares distintos dos que vivem, por um período de tempo inferior a um ano consecutivo, com fins de lazer, negócios etc. Logo, demandando ações de consumo (hospedagem, alimentação e demais serviços) e relações humanas (comunidade receptora e visitantes).

Nesse contexto, o lugar tem papel fundamental à medida que cada vez mais é representado como mercadoria de troca. As paisagens entram, conseqüentemente, neste circuito, e passam a ser apropriadas privativamente, como áreas de lazer para quem pode fazer uso delas (CARLOS, 1999). Tal atividade, vista pelo prisma econômico, pode gerar um conflito entre os lugares, uma vez que busca os fluxos de capitais para si com finalidade de participar da dinâmica global.

Numa situação em que as virtualidades de cada localização estão sempre mudando, instala-se o que bem se pode denominar de guerra de lugares. Estes não apenas devem utilizar suas presentes vantagens comparativas, como criar novas, para atrair atividades promissoras de emprego e de riqueza. Na batalha para permanecer atrativos, os lugares se utilizam de recursos materiais (como estruturas e equipamentos), imateriais (como os serviços). E cada lugar busca realçar suas virtudes por meio dos seus símbolos herdados ou recentemente elaborados, de modo a utilizar a imagem do lugar como imã (SANTOS, 2002, p. 268-269).

Desta maneira, desenvolvem-se motivações diversas para a prática do turismo, inclusive o consumo de bens culturais. O turismo cultural, assim concebido, implica, além da oferta de espetáculos e eventos, também a existência e a preservação de um pa-

trimônio representado por museus, monumentos e locais históricos (RODRIGUES, 2002).

A concepção de preservação patrimonial foi historicamente construída desde o século XVIII, com a formação dos Estados Nações, quando se gerou a necessidade de reconhecer uma identidade para definir a unicidade nacional cultural legítima que valorizaria o sentimento de pertencimento de uma população a uma nação (CUCHE, 2002).

Provenientes da Revolução Francesa, a preservação como política de Estado se encarregava de resguardar a história e a memória dos grupos sociais para as gerações futuras. Com a extinção da monarquia, a subordinação do clero ao Estado e os emigrados aristocratas, - que partiram por conta da revolução - os bens deixados passaram ao poder do Estado, sendo denominados de “Bens Nacionais”, que deveriam ser resguardados do vandalismo dos revolucionários (CAMARGO, 2002).

Sob a Revolução Francesa, o conceito de patrimônio cultural nacional irrompeu para responder à urgência de salvar da rapinagem e da destruição os imóveis e as obras de arte, antes pertencentes ao clero e à nobreza, que foram transformados em propriedades do Estado. Apoiada no saber dos eruditos e na vontade daqueles que, mesmo não sendo aristocratas, não queriam ver tais riquezas e obras de arte destruídas, a noção de patrimônio nacional nasceu de um embate de forças, apelando a um sentimento nacional e atendendo a uma conveniência econômica (SANT’ANA, 2003, p. 47).

Concebido, até a primeira metade do século XX, como conjunto de bens artísticos materiais, demonstrados na pintura, escultura e arquitetura - cha-

mado de “*pedra e cal*” - o patrimônio cultural evocava a materialização da identidade nacional em que os cidadãos se reconheciam como tal.

Neste período, a concepção de uma sociedade moderna começa a surgir, e a cidade deveria mudar com ela. A partir do ideal modernista, no início século XX, a cidade passou a ser racionalizada, com áreas próprias para moradia, trabalho e lazer.

Desta maneira, o patrimônio cultural afetava o modelo funcional que procurava romper com as estruturas sociais, econômicas, políticas e, principalmente, espaciais. “A cidade antiga não respondia mais às necessidades da cidade moderna, não possuía delimitação rigorosa de suas funções, e mesclava ‘habitar, trabalhar, recrear e circular’” (SIMÃO, 2001, p. 26).

Posteriormente, na segunda metade do século XX, nasce uma nova etapa para a compreensão do patrimônio cultural. Com a revisão do conceito de cultura, insere-se à concepção de patrimônio cultural uma nova categoria: o patrimônio *intangível*.

Nessa nova categoria, encontram-se processos e práticas culturais expressas nos costumes, danças, culinária, vestuário, música, ofícios, crenças, enfim, em formas da vida cotidiana da sociedade e sua memória.

Porém essas categorias (*intangível e pedra e cal*) não se encontram separadas: “Quando se fala em patrimônio imaterial ou intangível, não se está referindo propriamente a meras abstrações, em contraposição a bem materiais, mesmo porque, para que haja qualquer tipo de comunicação, é imprescindível um suporte físico” (SAUSSURE, 1969 apud FONSECA, 2003, p.65).

Atualmente, sua relevância engloba todos os feitos e expressões da

sabedoria humana, por isso torna-se importante atentar para o perigo da banalização no pressuposto de que tudo pode tornar-se patrimônio cultural. Além disso, a ampliação da noção de patrimônio cultural por meio dos processos de comunicação mais ágeis, tornou possível constatar culturas até então isoladas e também gerar novas interpretações e intenções de consumo.

Assim, tido originalmente com a finalidade de representar o passado, o patrimônio tomou proporções maiores com o propósito turístico. O turismo, por sua vez, desenvolve dois papéis básicos sobre o patrimônio cultural: o da sua promoção e divulgação que prima pela preservação e o de consumidor capaz de formatar, padronizar e distorcer seus propósitos como patrimônio para satisfazer a indústria do consumo, com o risco desta formatação solidificar-se com o tempo, incapacitando a oportunidade de novas descobertas e interpretações (MONASTIRSKY, 2006).

As constantes transformações no mundo atual são capazes de mudar a forma de agir, pensar, sentir e valorar das pessoas e fazem com que a história seja reinterpretada e repensada constantemente. Recuperar ou manter a identidade, a cor local, aparece neste final de século como uma necessidade generalizada em face da globalização (BARRETO, 2000, p.45).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma vez que as mudanças nas práticas sociais em que “a globalização passou a ser uma realidade histórica, geográfica, política e econômica” (IANNI, 2002, p.82), em que o tempo e espaço encontram-se pluralizados e os indivíduos movem-se em todas as

direções, diversificam seus horizontes e multiplicam as suas identidades, gera-se uma crescente preocupação com a retomada de princípios e valores que uma vez foram formadores de uma cultura local como a família, a vida pública e privada e os ‘lugares de memória’.

A busca por tais significados calçados nos movimentos sociais fazem parte de um mundo que se apresenta mais interdependente e intercomunicativo, no qual um número cada vez maior de movimentos de caráter transnacional, como os de direitos humanos, pela paz, ecologistas, feministas e étnicos fazem parte (SCHERER-WARREN, 1993 *apud* DIAS, 2001) assim como a defesa e valorização do patrimônio cultural.

Retoma-se, portanto, a concepção de redes e os fluxos que pressupõe a sua existência. Nestas redes, as informações transcendem estruturas até então consolidadas e privilegiam aqueles envoltos em sua conexidade, demonstrando uma seletividade espacial que reforça de certa maneira as peculiaridades locais. “As vantagens locais são fortalecidas e os lugares passam a ser cada vez mais diferenciados pelo seu conteúdo [...]” (DIAS, 2001, p.157). Deste modo, as informações contidas na preservação patrimonial atingem os lugares de forma única que lhe dá um caráter ainda singular.

Esse movimento reticular não é necessariamente uma resposta à ordem avassaladora da economia e tecnologia globalizadas e muito menos possui origens distintas. As redes podem funcionar diacronicamente evidenciando os conflitos de interpretações, em menor intensidade do que a outra ou concomitantemente na busca do diálogo perfeito entre o global e o local.

Uma vez postas as suas diferenças, percebe-se que as informações

são tomadas por valores diversos e conseqüentemente decisões distintas. Levadas pelo lado capitalista, o patrimônio cultural passa a ser um produto que procura atender o maior número de consumidores nem que para isso torne-se asséptico e sem a autenticidade local.

Tais produtos turísticos assim concebidos são encontrados em abundância nos lugares que se especializam em função as suas virtualidades e vantagens de ordem social (SANTOS, 2002).

Encontram-se neste meio social os entusiasmados com a vivacidade local, os encantados pelo retorno dos investimentos, a população local que se vê degredada para dar lugar a centros de visitação, lojas de souvenir, etc. e os próprios turistas que procuram novos destinos e produtos diferenciados.

Da mesma maneira que aumenta a tendência para a criação de simulacros, fantasias e clichês sobre a atividade turística, também aumenta a distorção da realidade, provocando uma fragmentação de interesses. Pois juntamente com a ordem do consumo encarrega-se a ordem da valorização aos feitos do homem a qual consegue transpor barreiras e se solidificar na sociedade local a fim de embasar a formação cultural.

Somente por meio da compreensão e apreensão destes diferentes fluxos que compõe uma só realidade pode-se dar uma nova condição ao patrimônio cultural: o de ser referência ao passado sem esquecer sua importância no presente e representação futura.

Portanto, o reconhecimento desta ordem dialética traz consigo elementos importantes que SANTOS (2005) denomina como “outra globalização”. Assim, as ações localizadas no homem e não no capital renovam o fôlego dos órgãos específicos destinados à preser-

vação do patrimônio e a consciência moral e ética daqueles envolvidos com a manutenção de idiosincrasia local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRETO, M. **Turismo e legado cultural**. 6.ed. Campinas: Papirus, 2000.
- CAMARGO, H. L. **Patrimônio histórico e cultural**. São Paulo: Aleph, 2002.
- CARDOSO, C.F. Lugares e não-lugares: Marc Augé e a antropologia da supermodernidade. **História**. n.16. p.299-308. 1997.
- CARLOS, A.F.A. O turismo e a produção do não-lugar. In: YÁZIGI, Eduardo (org). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- CASTRO, I. E. O problema da escala. In: CASTRO, I.E.; CORRÊA, R.L.; GOMES, P.C.C. **Geografia: conceitos e temas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: Edusc, 2002
- DIAS, L.C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I.E.; CORRÊA, R.L.; GOMES, P.C.C. **Geografia: conceitos e temas**. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- FERREIRA, A.B.H. **Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa**. São Paulo, Nova Fronteira, 1995.
- FONSECA, M. C. L. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- GIOVANETTI, G. e LACERDA, M. Dicionário de geografia: termos, expressões, conceitos. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1996.
- GONÇALVES, J.R. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: OLIVEIRA, L. **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T.T. (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

IANNI, O. Nação: província da sociedade global? In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.A.; SILVEIRA, M. L. **Território: globalização e fragmentação**. 5.ed. São Paulo: HUCITEC, 2002.

LUCHIARI, M. T. D. P. Urbanização turística - um novo nexó entre o lugar e o mundo. In: ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL, 2, 1998, Fortaleza. **Anais...** Da Cidade ao Campo: A Diversidade do Saber-Fazer Turístico. Fortaleza: FUNECE/Universidade Estadual do Ceará, 1998. v.2. p.15-29.

MONASTIRSKY, L.B. **Ferrovias**: patrimônio cultural, estudo sobre a ferrovia brasileira a partir da região dos Campos Gerais (PR). Tese de doutorado. Florianópolis: UFSC/CFH/PPGGeo, 2006.

RODRIGUES, M. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, P.P.; PINSKY, J. **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2003.

SANT'ANA, M. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **A natureza do espaço**. São Paulo: USP, 2002.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 12.ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SANTOS, T. A globalização reforça as particularidades. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.A.; SILVEIRA, M.L. **Território: globalização e fragmentação**. 5.ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

SIMÃO, M. C. R. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SOUZA, M. A. A. Geografias da desigualdade: globalização e fragmentação. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.A.; SILVEIRA, M. L. **Território: globalização e fragmentação**. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

(Recebido em 13/01/2008 e aceito para publicação em 20/06/2008)